PF encontra pilhas de dinheiro com operadores de esquema no INSS

Durante o cumprimento de mandados nesta terça-feira (17/3), a Polícia Federal achou pilhas de dinheiro vivo e carros de luxo em endereços ligados aos investigados da Operação Indébito, ação que investiga fraudes em aposentadorias e pensões do INSS.

A coluna apurou que as pilhas de dinheiro foram encontradas com **Igor Oliveira Freitas**, apontado como secretário pessoal da advogada Cecília Rodrigues Mota, considerada uma das líderes da organização criminosa e presa na manhã desta terça.

Segundo as investigações, Igor atuava diretamente na logística e nas operações do esquema, sendo responsável por movimentações financeiras e apoio à principal investigada.

Núcleo do esquema

A operação também tem como um dos alvos a **deputada federal Maria Gorete Pereira (MDB-CE)**, que deverá cumprir medidas cautelares, incluindo o uso de **tornozeleira eletrônica.**

De acordo com a apuração, Gorete teria ligação com uma das associações investigadas e recebeu procuração para firmar acordos com o INSS, o que permitia a implementação de descontos diretamente nos benefícios de aposentados.

As investigações também apontam que ela movimentou cerca de R$ 245 mil em transações consideradas suspeitas entre 2018 e 2023.

Operadores presos

Entre os principais nomes do esquema estão:
• Natjo de Lima Pinheiro, empresário do setor de saúde, apontado como um dos operadores financeiros e preso na ação;
• Cecília Rodrigues Mota, advogada e integrante do núcleo operacional, também presa, que atuaria na coordenação do esquema com o uso de intermediários.

Segundo a Polícia Federal, o grupo utilizava dados falsos inseridos em sistemas oficiais para autorizar descontos indevidos diretamente nos contracheques de aposentados e pensionistas, sem qualquer autorização das vítimas.

O esquema pode ter movimentado bilhões de reais em todo o país.

Operação

A Operação Indébito é um desdobramento da Operação Sem Desconto, revelada pelo **Metrópoles.**

Ao todo, a PF cumpre 19 mandados de busca e apreensão, além de prisões e outras medidas cautelares no Distrito Federal e no Ceará.

Os investigados podem responder por organização criminosa, estelionato previdenciário, lavagem de dinheiro e inserção de dados falsos em sistemas públicos.

A coluna procurou a defesa dos citados, mas não houve retorno até a última atualização desta reportagem.

Mirelle Pinheiro